



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
07 DE OUTUBRO DE 2019**

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara Duarte dos Santos Almeida Novo, o Vice-Presidente Jorge Ferreira Pato e com a participação dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião extraordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

.....
Pelo Vice-Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

.....
PONTO 1 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 100 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PARU (PLANO DE AÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA DE OLIVEIRA DO BAIRRO) – P02 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS – CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM 20M2 DE ÁREA, DO PRÉDIO URBANO ARTIGO 1253/OLIVEIRA DO BAIRRO, SITO À RUA CÂNDIDO DOS REIS, N.º 39 – CAFÉ/RESTAURANTE “O PATACO”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que se tratava de uma cedência pelo proprietário de vinte metros quadrados do artigo referido, para dar continuidade às obras da empreitada na rua Cândido dos Reis. Informou que a contrapartida por parte da Câmara era a reposição do que se encontrava, reconstruir o muro e repor o portão.

O **Vereador Rui Santos** felicitou quem tinha conduzido as negociações realizadas tanto no presente ponto da Ordem de Trabalhos como no seguinte, porque, para si, era sempre bom quando se chegava a acordo com os proprietários, permitindo que as obras se desenvolvessem com normalidade, contudo, afirmou que iria votar contra o presente ponto da Ordem de Trabalhos, assim como no seguinte, porque nos acordos de cedência que envolviam trabalhos, deveriam vir quantificados esses trabalhos de forma a saber que valores estavam a decidir



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que gostaria de saber sempre, que as obras ou empreitadas fossem concluídas, o valor real das mesmas, porque havia muitos maus exemplos de obras orçamentadas por um valor e depois atingem valores que nada têm a ver com o que tinha sido orçamentado.

O **Vereador Álvaro Ferreira** reportando-se ao presente ponto e ao seguinte da Ordem de Trabalhos, disse que se tratavam de dois pontos que iam no encaminhamento do que eram as pretensões do Município ao nível da melhoria do seu centro, sendo um ganho para todos; quanto aos pressupostos assumidos, disse que eram os naturais nesse tipo de negociações e não tinha nada contra.

No que diz respeito ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, disse ter dúvidas quanto à avaliação que tinha sido feita, que partia de um conjunto de pressupostos que não eram certos, não sabendo até que ponto poderia ser garantida de uma forma mais perfeccionista, ao nível de quantificações e da documentação que existia em falta, de forma a não acarretar constrangimento de futuro para o Município.

Quanto ao valor da avaliação de cento e quarenta e três mil euros, no valor geral, e o valor que iriam aprovar era de cento e vinte e cinco mil euros, questionando o porquê desse valor.

O **Vereador António Mota** no seguimento da intervenção do Vereador Rui Santos, disse que iria reforçar o que vem dizendo há algum tempo, que não tinha havido um cuidado de explicar as dúvidas colocadas, sendo tudo muito ligeiro desde a sua apresentação, não havendo uma quantificação e por isso não sabia quais os custos para o Município das cedências.

Disse que o Presidente da Câmara não pedisse aos Vereadores que viessem à Câmara Municipal consultar os dossiers e esclarecer as suas dúvidas, evitando que se fizessem em reunião de Câmara, quando os documentos tinham sido enviados na sexta-feira anterior.

Referiu que se era uma forma de gestão da Câmara Municipal, na sua opinião era uma má gestão... Afirmou que o PSD iria votar a favor, mas com os reparos deixados porque se a exigência do Presidente da Câmara era de tal forma em relação às quantificações, porque razão não as apresentava.

Disse ainda que tem sido norma que todos os assuntos apresentados pelo Vice-Presidente da Câmara, venham sem qualquer estudo ou quantificação, questionando se sabiam dar o valor.

O **Presidente da Câmara** disse que os Vereadores tinham a liberdade de votar da forma que entendessem melhor, assumindo as consequências que têm que assumir e depois justificariam as suas posições perante os munícipes.

O **Vice-Presidente da Câmara** respondendo à questão levantada pelo Vereador Álvaro Ferreira relativamente à avaliação, esclareceu que a mesma tinha sido realizada em junho do ano anterior, arrastando-se por isso há bastante tempo porque não foram negociações fáceis. Quanto ao valor da avaliação informou que a avaliação tinha sido feita por um técnico credenciado, não querendo, por isso, discutir uma questão técnica, parecendo-lhe, contudo, um valor justo.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Relativamente à quantificação disse que se prendia com uma questão de celeridade, sendo que se poderia ter esperado mais uma semana ou duas para quantificar e poder trazer a reunião de Câmara, mas a obra estava a decorrer e havia mesmo a necessidade de concluir a mesma.

Quanto aos custos referiu que não se tratavam de custos assim tão significativos que fossem difíceis de estimar, tendo todo o gosto em trazer à posteriori a quantificação do que iria ser necessário gastar para concluir o processo de cedência.

Afirmou que assumia o ónus da não quantificação em benefício da celeridade da obra que era mesmo necessária.

O **Vereador António Mota** disse que na política as coisas não eram como o Presidente da Câmara tinha dito, porque os Vereadores sofrem consequências das suas decisões, mas também o Presidente da Câmara era obrigado a dar elementos suficientes que permitissem uma boa deliberação, porque só com esses elementos poderiam deliberar em consciência e assumir as consequências das suas decisões.

Disse que o facto de o Presidente da Câmara não fornecer os elementos necessários para uma boa deliberação era irresponsabilidade e poderia ser considerada atividade ilícita na gestão.

O **Presidente da Câmara** disse que tinha assistido a reuniões de Câmara em Executivos anteriores, onde também tinham sido discutidas questões de cedências e curiosamente nunca tinha visto que tivessem levantado essas questões, contudo o atual Executivo pretende colocar de forma mais transparente todos os elementos, o que está a acontecer, de forma a que tudo seja esclarecido.

O **Vice-Presidente da Câmara** disse que teria sido mais confortável a Câmara pagar à família o valor que tinha pedido há um ano atrás e depois ter um ano para quantificar uma demolição de uma casa e um muro de um metro à volta do terreno, contudo não foi essa a opção, tentaram esticar a corda ao limite, no sentido de o Município pagar o menos possível e logo que foi possível avançou-se com o assunto para reunião de Câmara de forma a avançar com a obra.

Afirmou que traria com todo o gosto a quantificação dos custos estimados numa próxima reunião de Câmara.

O **Vereador Rui Santos** esclareceu que não tinha dúvidas em relação aos valores, contudo concordava com o que tinha sido dito, que quando se exige rigor numa série de questões, não deveriam ficar de fora nenhuma e para si seria suficiente que tivesse sido apresentada uma estimativa de custo.

O **Vereador António Mota** esclareceu que a sua intervenção apenas se referiu ao presente ponto da Ordem de Trabalhos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria com o voto contra do Vereador Rui Santos, aceitar a cedência da parcela de terreno com a área de 20m² para integrar o domínio público municipal, nos termos constantes no ponto 11 da Informação/Proposta n.º 100 – Mandato 2017/2021,



Oliveira do Bairro câmara municipal

apresentada pelo Presidente da Câmara, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, devendo ser assinado o competente contrato de cedência com os proprietários [melhor identificados no ponto 6, daquela mesma Informação/Proposta], do prédio urbano artigo 1253 da freguesia e concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Rui Santos**, apresentou declaração de voto verbal, dizendo que votava contra porque na informação que acompanha a proposta não estavam quantificados e valorizados os trabalhos englobados no acordo de cedência.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 101 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PARU (PLANO DE AÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA DE OLIVEIRA DO BAIRRO) – P02 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS – CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM 322M2 DE ÁREA, DO PRÉDIO URBANO ARTIGO 1700/OLIVEIRA DO BAIRRO, SITO À RUA CÂNDIDO DOS REIS, N.º 31.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Vereador António Mota**, disse que era mais uma situação que pela demora referida pelo Vice-Presidente, para análise dos elementos em relação às avaliações e por tudo o que estava escrito, gostava que o Vice-Presidente falasse um pouco sobre a avaliação técnica feita pelos peritos, das divergências de áreas e das contrapartidas.

Solicitou que se estabelecesse um paralelismo entre aquilo que era exigido pelos proprietários e aquilo que na realidade iria ser oferecido pela Câmara, ou seja, não só os montantes introduzidos em termos de quantitativo, mas também era importante que os outros trabalhos fossem tidos em conta, como a demolição, o transporte dos inertes para o local apropriado, acreditando que se estava a falar de muitos milhares de euros, não sabendo se o diferencial entre as contrapartidas, mais o montante pago, não seria um valor muito diferente daquele que inicialmente os proprietários pretendiam ou se haveria uma proximidade de valores, tendo as suas dúvidas.

Afirmou que as dúvidas no presente ponto eram maiores do que no ponto anterior. Acrescentou que pretendiam que a Câmara Municipal avançasse, mas não dessa forma, porque deve sim avançar de forma mais séria, mais transparente.

Disse que não poderia colocar em risco, qualquer tipo de desenvolvimento de um projeto, pelas vontades, porque existem processos legais de resolver os problemas dando o exemplo da posse administrativa e nesses casos há peritos de ambos os lados e os peritos judiciais, sendo o processo mais transparente para resolver o problema.

Afirmou que nenhum processo pode ser empatado ou deixar de ser executado, no tempo que deve



Oliveira do Bairro câmara municipal

ser executado por causa da vontade.

O **Vice-Presidente da Câmara** deu nota que quando tinha sido apresentada a presente negociação que estava por fazer, sendo que a grande maioria dos processos daquela zona já tinham sido negociados e assinados, e na primeira conversa que tinha tido com os proprietários percebeu que não iria ser uma negociação fácil e o tempo assim o demonstrou.

Referiu que o caminho da posse administrativa, também poderia ter sido tomado pelo Executivo anterior que não o fez, limitando-se a deixar o assunto para o final.

Esclareceu que houve negociações durante um ano, com os proprietários, negociações difíceis, contudo já se ouviu dizer, por quem conhece o setor, que o acordo era bom para ambas as partes e quanto a isso não tinha dúvidas.

Afirmou que o Executivo tinha seguido a melhor opção, não tendo qualquer problema em ter um custo político desde que o mesmo seja em benefício do Município que foi o caso concreto.

O **Presidente da Câmara** disse que, da experiência e dos anos que tinha de autarca, estranhava que processos de expropriação apenas tinham existido dois na Alameda e o Município, na altura, tinha adquirido um sem número de imóveis, com contrapartidas exorbitantes e nunca foi discutível, podendo ter avançado para a posse administrativa, mas o Executivo na altura nunca o fez.

O **Vereador António Mota** afirmou que cada gestor tinha a sua forma de atuação, e não se deveria dar exemplos do passado para justificar as decisões atuais, porque o passado só era referido quando dava jeito, sendo sinal que o gestor atual não tinha luz suficiente para ter uma gestão diferente.

O **Presidente da Câmara** dirigindo-se ao Vereador António Mota disse que o mesmo tinha estado muitos anos no Executivo e não sabia se o mesmo, na altura, tinha tido a mesma opinião de agora. .

O **Vereador Rui Santos** disse que, já tinha sido esclarecedor em relação à sua posição e à quantificação feita.

Afirmou que não era da opinião do Vereador António Mota, porque na sua opinião a posse administrativa deveria ser sempre o último recurso a ser utilizado porque respeitava a propriedade privada e os seus princípios, sendo preferível um mau acordo do que uma boa sentença.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria com o voto contra do Vereador Rui Santos, nos termos da Informação/Proposta n.º 101 – Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte:

1.º - Aceitar a cedência da parcela de terreno com a área de 322m2 para integrar o domínio público municipal, para alargamento de via, execução de passeio e estacionamento;.....

2.º - Aprovar e autorizar a execução das obras previstas no ponto 9 daquela Informação/Proposta;...

3.º - Aprovar e autorizar o pagamento da indemnização aos proprietários no valor de 125.000,00€ (cento e vinte e cinco mil euros).....

O **Vereador Rui Santos**, apresentou declaração de voto verbal, dizendo que votava contra porque



Oliveira do Bairro câmara municipal

na informação que acompanha a proposta não estavam quantificados e valorizados os trabalhos englobados no acordo de cedência.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 95.2019|DPGU PRESTADA PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO COM A DESIGNAÇÃO DE “UNIDADE DE EXECUÇÃO – SOLO URBANIZÁVEL/ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS CONFINANTE COM A ZONA INDUSTRIAL DE VILA VERDE”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e **Rui Santos**

O Presidente da Câmara deu nota que estava presente a equipa projetista que tinha estado na base da elaboração da Unidade de Execução e de todos os projetos inerentes

O Vice-Presidente da Câmara recordou que há poucos dias tinha sido aprovada a Unidade de Execução sendo que o que estava a ser analisado no presente ponto seriam os projetos técnicos, sendo uma documentação mais técnica, contudo estaria ao dispor para responder às questões.

O Vereador António Mota recordou que tinha sido apresentado o anteprojecto o qual tinha sido votado favoravelmente, tendo dado também algumas possibilidades de se poderem fazer algumas alterações ao projeto

Questionou se tinha havido alguma alteração, ou se alguma intervenção de algum Vereador ou técnico tinha feito com que algo se alterasse ou se mantinham tudo na mesma e se assim for, não valia a pena, o assunto estava resolvido e ultrapassado.

Afirmou que se não foram tidas em conta as sugestões deixadas pelos Vereadores, o Presidente da Câmara deveria ter dado nota disso mesmo, poupando a deslocação dos técnicos, porque se estava tudo igual nem valia a pena discutir mais o assunto

O Vereador Rui Santos disse que, do que sabia, o projeto tinha entrado em discussão pública, esperando que não fosse um proforma, porque as eventuais sugestões de alteração tinham um local próprio para serem feitas e iria fazê-las esperando que as mesmas não caíam em saco roto.

O Vice-Presidente da Câmara informou que o plano era exatamente o que tinha sido aprovado na última reunião de Câmara.

O Vereador António Mota dirigindo-se ao Vereador Rui Santos disse que o que estava a ser feito era mesmo um proforma de resolver as coisas, porque tinha havido tanta discussão na apresentação do anteprojecto, foram dadas algumas sugestões em que algumas delas deveriam ser cumpridas para um projeto desta dimensão e para aquilo que se perspetiva em termos futuros, mas nada tinha sido alterado, questionando porque motivo estava presente o gabinete técnico que executou o projeto, não passando de um proforma.

Afirmou que tinham a aprovação do ponto, com todas as indicações que o PSD tinha dado quando



Oliveira do Bairro câmara municipal

da aprovação do anteprojecto.....

O **Vice-Presidente da Câmara** disse que tinha sido aprovada a Unidade de Execução e, na presente data, era presente o Projeto de Execução, mas a dimensão e o número de lotes era ajustável em função das necessidades.....

Deu nota que depois da última reunião de Câmara, onde foi aprovada a Unidade de Execução, tinha encontrado uma candidatura anterior, um Plano de Execução de uma candidatura que não tinha sido conseguida, mas que tinha uma Unidade de Execução muito semelhante à que foi apresentada para além da coincidência de ter quarenta e um lotes.....

Relativamente à questão levantada sobre a dimensão dos lotes, disse que era uma questão falaciosa, porque a Unidade de Execução para além de ser alterável, em função das necessidades, previa uma área superior a dez mil metros quadrados e várias outras de várias dimensões, reiterando o facto de poderem ser alteradas as áreas em função das necessidades.....

Disse que tinham ouvido as críticas, mas o caminho certo era o que estava a ser tomado, podendo vender às empresas os lotes que as mesmas necessitem.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o projeto de execução com a designação de “Unidade de Execução – Solo Urbanizável/Espaço de Atividades Económicas Confinante com a Zona Industrial de Vila Verde” e, em consequência, remeter para a CCDRC no âmbito do concurso afeto ao Aviso n.º Centro-53-2018-19, do Apoio à Localização de Empresas, do Portugal 2020.

PONTO 4 – REQUERIMENTO DA ADAMA-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MALHAPÃO, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE GRADES DE 9 A 13 DE OUTUBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS “FESTAS EM HONRA DE N.ª SR.ª DE FÁTIMA”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência à ADAMA- Associação dos Amigos de Malhapão, de grades de proteção, de 9 a 13 de outubro, para apoio à realização das “Festas em Honra de N.ª Sr.ª de Fátima”

PONTO 5 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR ENTRE O FUNDO AMBIENTAL, O MUNICÍPIO DE ÁGUEDA, O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. – PARA RATIFICAÇÃO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara** disse ter sido um assunto amplamente afluído e debatido no presente órgão e que teve, quer do Município de Oliveira do Bairro, quer do Município de Águeda um trabalho de base muito grande que tinha culminado em algo muito importante e que virá dar um contributo



Oliveira do Bairro câmara municipal

fundamental para a recuperação e estruturação do rio Cértima.

O **Vice-Presidente da Câmara** recordou que na última Assembleia Municipal tinha dado nota do protocolo, que iria também envolver o Município de Águeda e a Agência Portuguesa para o Ambiente. O Município de Águeda iria beneficiar do protocolo para se fazer a limpeza e dar qualidade de vida ao rio, em que o montante mais elevado da despesa iria ser suportado pelo Governo, sendo um excelente protocolo para dar um passo naquilo que já há muito deveria ter sido feito.

O **Vereador Álvaro Ferreira** questionou em que ponto de situação estava o Município de Anadia no processo, porque o rio também passa no Concelho de Anadia e tratando só uma parte, não resolve o problema no todo, sendo uma questão preocupante, porque não valia a pena fazer um projeto de limpeza e beneficiação, quando toda a zona envolvente não estava relacionada com o processo. Disse que era óbvio que não esperava que fosse feita uma limpeza a fundo, como retirar todas as árvores das margens, porque iria parar tudo ao rio, contudo sabia que havia um processo de requalificação, não sabendo em que ponto de situação se encontrava, que visava a requalificação de toda a zona envolvente da Pateira de Fermentelos e de todos os afluentes relacionados.

O **Vereador António Mota** disse que não fazia nenhum sentido um protocolo do género, sem que envolva o Município a montante, porque o grande problema poderia ser de questões a montante de Oliveira do Bairro, nomeadamente no Concelho de Anadia e quando se procede a este tipo de projetos, tem que estar o seu todo.

Referiu que Oliveira do Bairro sempre tinha tido a característica de dizer mal do Município de Anadia, no que diz respeito à questão dos rios, nomeadamente sobre o rio Lindo que sempre foi caracterizado por uma forte poluição ligada às destilarias de Ancas e sobre o rio Cértima disse que todos sabiam como funcionava a estação de tratamentos, localizada em Mogofores. Afirmou que pelas razões apontadas, deveria ter sido feito um estudo até porque, o próprio Ministério do Ambiente, teria outro tipo de comparticipação porque seria um investimento intermunicipal que poderia resolver o problema de vários municípios.

Disse que se calhar ainda estariam a tempo e possivelmente nem tinha havido nenhum contacto com o Município de Anadia nesse sentido porque para si o protocolo deveria ser feito no âmbito dos três municípios, e assim o Ministério do Ambiente colaboraria com o protocolo completamente diferente, passando a ter um rio Cértima diferente contribuindo para a despoluição de uma forma muito significativa da Pateira de Fermentelos, que era um assunto que preocupava os municípios de Águeda e Oliveira do Bairro.

Mais disse que este era um dos projetos intermunicipais em que os três municípios se poderiam ter agarrado e realizarem um trabalho de base profundo, limpo e duradouro que iria contribuir de forma significativa para o desassoreamento, no combate à poluição da Pateira de Fermentelos que tem as características Europeias.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Rui Santos** disse que da análise que tinha feito do processo, verificou que o processo iria ser liderado pela Câmara Municipal de Águeda, nada tendo a opor desde que os interesses do Concelho de Oliveira do Bairro fossem salvaguardados.

Lamentou o facto de mais uma vez não ter havido a capacidade de liderança, para assumir uma responsabilidade que deveria caber ao Concelho de Oliveira do Bairro dada a dimensão geográfica que a bacia hidrográfica do rio Cértima tem no Concelho, fruto da contribuição do rio Levira.

Lamentou, ainda, que o Concelho de Anadia não tenha participado no processo, questionando se foi por opção do Município ou se não foi convidado a participar.

Disse que as soluções para este e outros problemas que afetavam a Região da Bairrada, passavam inevitavelmente pelos três Concelhos e a conjugação de esforços será fundamental para permitir atingir melhores resultados.

Quanto à intervenção propriamente dita, disse que ficava a aguardar informação técnica mais detalhada, no entanto, questionou sobre a sequência dos trabalhos propostos no anexo ao protocolo, no sentido de serem executados em dois tempos distintos, os primeiros, trabalhos de reabilitação e regularização do rio, incluindo os trabalhos preparatórios, ação de corte, limpeza e conservação da vegetação, que deveriam ocorrer no prazo previsto, ou seja, até ao final do ano, os segundos, consolidação das margens e melhoria dos habitats, deveriam ser realizados só após o inverno/primavera, depois das esperadas chuvas, permitindo que esses trabalhos fossem ajustados às alterações no leito do rio, que eventuais caudais de cheia provoquem e por outro lado, que sejam destruídos os trabalhos anteriores por eventuais cheias.

Disse esperar que este seja um primeiro passo no sentido de preservação do património ambiental e ecológico, a que se devem seguir outros tais como:

Intervenção idêntica no rio Levira onde a Câmara Municipal tem responsabilidades acrescidas, por ser proprietária da quase totalidade dos terrenos das antigas marinhas de arroz existentes;

Identificação, em conjunto com o Ministério do Ambiente e os Municípios da bacia hidrográfica, das fontes poluidoras e promoção conjunta de ações para a sua extinção, ou pelo menos diminuição, nomeadamente através da sensibilização das entidades públicas, privadas e populações;

Implementação, em conjunto com os produtores de arroz, o Ministério do Ambiente e os Municípios da bacia hidrográfica, medidas da gestão da água em períodos críticos, de forma a preservar os ecossistemas;

Potenciar os investimentos realizados ou a realizar, nos vales dos rios Cértima e Levira, como o caso dos percursos pedestres, de forma a regularizar a sua paisagem natural, para a fruição das populações e atração turística.

Afirmou que se realmente havia interesse em preservar o património ambiental, não se poderia ficar por medidas pontuais e avulsas, pois eram necessárias medidas planeadas e estruturadas a uma



Oliveira do Bairro câmara municipal

escala maior, nas diversas vertentes de intervenção, sem as quais nunca seria possível consolidar os investimentos feitos e obter resultados pretendidos.

Afirmou que a Câmara Municipal tinha em sua posse um conjunto de trabalhos académicos, reunidos na exposição “Oliveira em Mente”, realizada no ano de 2017 pela Associação cultural Mentes Convergentes, podendo servir de guião para a referida intervenção estruturada, faltando apenas a vontade para intervir e dar vida à maquete exposta no edifício dos Paços do Concelho.

O **Presidente da Câmara** informou que a ETAR de Mogofores, já estava desativada há muito tempo, tendo sido substituída por uma ETAR localizada em Sangalhos. Acrescentou que o Município de Oliveira do Bairro não tinha ETAR's, fazendo os tratamentos das águas através da antiga CIMRIA e da ADRA não contribuindo para qualquer tipo de poluição.

Referiu que o problema da poluição do rio Cértima poderia passar muito mais a sul, nomeadamente no Concelho da Mealhada que também estava a efetuar a construção de uma ETAR, que vai substituir o que existia atualmente. Acrescentou que o Município de Oliveira do Bairro não poderia dizer que era o Município de Anadia ou Mealhada que produziam mais poluição.....

Afirmou que a Presidente do Município de Anadia tinha conhecimento do protocolo e informou que para o rio Levira e seus afluentes estava a ser desenvolvido um projeto em conjunto, para que seja possível tratar do rio cada Município na sua área, resolvendo alguns problemas também existentes..

Voltando ao rio Cértima disse concordar com o Vereador António Mota, porque o problema de base iria sempre existir porque havia Municípios a montante, que não estavam ligados ao mesmo sistema de tratamento das águas, que está ligado o Município de Oliveira do Bairro.

Quanto à vegetação informou que os trabalhos que iriam ser realizados eram apenas a desmatagem e reestruturação com a correção das motas, e existia um plano definido para as duas fases dos trabalhos, em que os Municípios de Águeda e Oliveira do Bairro fariam a fiscalização dos mesmos, sendo o Município de Águeda que iria lançar todos os procedimentos e receber o apoio que estava definido no protocolo.

Disse também concordar que era importante que os Municípios a sul também fizessem os seus trabalhos, nomeadamente o tratamento dos afluentes do rio Cértima e enquanto isso não acontecer qualquer trabalho que venha a ser realizado estaria limitado.

Deu nota que o Município de Anadia já tinha feito um trabalho semelhante no ano anterior e já era vontade do Município de Oliveira do Bairro e de Águeda, darem continuidade ao trabalho realizado por Anadia, principalmente no controlo das árvores existentes junto ao rio.

Informou que, após a assinatura do protocolo, o Município de Águeda já tinha lançado o concurso, para que os trabalhos tenham o seu início tão breve quanto possível, antes das chuvas de inverno...

O **Vereador António Mota** referiu que a grande questão colocada tanto pelo PSD como pelo UPOB não tinha sido relativa ao tratamento de águas e de que forma cada Município o fazia, mas sim se



Oliveira do Bairro câmara municipal

tinha havido contactos, ou reuniões para envolver o Município de Anadia no presente protocolo, porque quando se falava tanto em intermunicipalismo quando havia oportunidade para se estabelecer parcerias entre Municípios, não era feito.

O **Presidente da Câmara** disse ter dado resposta a essa questão.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, em que aprovou o teor do Protocolo de Colaboração Técnica celebrado entre o Fundo Ambiental, o Município de Águeda, o Município de Oliveira do Bairro e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.....

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **3** de **outubro** do ano de **2019**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **2.179.035 Euros e 89 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **722.590 Euros e 61 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **2.901.626 Euros e 50 Cêntimos**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Jorge Ferreira Pato

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas



Oliveira do Bairro câmara municipal

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos